

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Jouly Mayrink Magalhães

**IDENTIDADE TERRITORIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE VÍNCULOS
FAMILIARES E MORADIA**

Belo Horizonte

2018

Jouly Mayrink Magalhães

**IDENTIDADE TERRITORIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE VÍNCULOS
FAMILIARES E MORADIA**

Monografia apresentada ao programa de Especialização do CECAPS – Centro de Capacitação em Projetos Sociais, no curso Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais da FAFICH - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do certificado de Especialista em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas.

Linha de Pesquisa: Habitação Social

Orientador: Clarice de Assis Libânio

Belo Horizonte

2018

AGRADECIMENTOS

Agradecer de acordo com o “Google” é um verbo de regência múltipla que significa mostrar ou manifestar gratidão.

Tenho múltiplas manifestações de gratidão.

Sou grata a Deus, pelo dom da vida, pela força necessária para superar todos os obstáculos e por me manter firme em todos os propósitos.

Aos meus pais, por me ensinarem tudo que sabiam, por me mostrarem que o caminho mais correto, muitas vezes, tem a porta mais apertada, mas também a mais gratificante.

Aos meus irmãos, por termos construído o que sei e valorizo como família, principalmente a Taé, pelo apoio incondicional, pelas conversas de todas as horas, por ser minha “irmã”.

Aos amigos, pela caminhada juntos, incentivo e pelos bate-papos, nos quais em diversos deles refletimos sobre as inúmeras fragilidades sociais a que muitos estão submetidos.

Especialmente ao Ivs, simplesmente por ser ele. Ético, generoso, e que com seu jeito organizado, metódico faz tudo funcionar, e assim me ajuda a funcionar também. Meu coração é seu também! E, principalmente, por cuidar tão bem do que temos de mais formidável nesta vida.

Aos meus filhos, Dimitri e Catarina, que me fazem querer ser o melhor do melhor de mim. Minhas fontes de inspiração.

E não poderia deixar de citar o público alvo deste trabalho, que me instigou a querer entender um pouco mais sobre família, laços afetivos, vínculos. Do que aprendi, tentei proporcionar a minha família e aos meus laços e vínculos criados no decorrer da vida.

“A família compreende a casa; a casa está, portanto, contida na família.”
Cynthia Sarti

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os vínculos identitários entre as famílias em situação de risco social e sua moradia fixada em conjuntos habitacionais homogêneos. Essas famílias caracterizam-se por apresentarem insuficientes recursos pessoais para seu protagonismo, possuindo uma diversidade de formatos: pessoas vivendo sós, monoparentais, casais com e sem filhos, coabitantes sem vínculo conjugal ou de parentesco, homoafetivas, entre outros, que vivem neste padrão uniforme de moradia, que é priorizada pelos programas habitacionais do governo. Na primeira parte será feito um resgate histórico, contemporâneo e conceitual da família. Posteriormente uma reflexão sobre identidade territorial, sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e sobre a moradia como espaço essencial para criação de vínculos. E por fim, as considerações finais.

Palavras-chaves: moradia, família, vínculos.

ABSTRACT

This paper has the objective to analyse the identity connections between families in social risk condition and its home fixed in homogeneous housing. These families are defined for insufficient personal fundings for their protagonism, showing a great diversity of forms: lonely people, mono parenthood, childless couples, roomates without conjugal connections or parenthood, homoffective, between others, who live in a uniform pattern of housing, the type priorityzed by government home programs. In the first part, a historical, conteporary and conceptual recall of the families will be made. Then a reflection about territory identity, National Urban Development Policy and housing as a essencial bonding space. In the end, the final considerations.

Key-words: Housing, family, bonding

LISTA DE ABREVIATURAS

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL

BNH – BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO

CAIXA – CAIXA ECONOMICA FEDERAL

CECAPS – CENTRO DE CAPACITAÇÃO EM PROJETOS SOCIAIS

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL

COHAB – COMPANHIA DE HABITAÇÃO

GRESS MG – CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – MINAS GERAIS

FAFICH – FACULDADE DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS

FCP – FUNDAÇÃO CASA POPULAR

FNHIS – FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

IPMF – IMPOSTO PROVISÓRIO SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

MBES - MINISTERIO DA HABITAÇÃO E DO BEM ESTAR SOCIAL

MDU – MINISTERIO DO DESNVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

MHU – MINISTERIO DA HABITAÇÃO URBANISMO E MEIO AMBIENTE

MPO – MINISTERIO DO PALNEJAMNETO E ORÇAMENTO

PAC – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

PMCMV – PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

PNDU – POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PNH – POLITICA NACIONAL DE HABITAÇÃO

SEAC – SECRETARIA ESPECIAL DE HABITAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA

SEPURB – SECRETARIA DE POLITICA URBANA

SFH – SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO

SNHIS – SECRETARIA NACIONAL HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	8
2.FAMÍLIA.....	9
2.1 Conceituação do termo família e suas tipologias.....	10
2.2 A história da Família.....	13
2.3 A Família tentacular contemporânea.....	14
2.4. Família em situação de risco social.....	16
3.IDENTIDADE ENQUANTO FENOMÊNO.....	17
3.1 Identidade territorial e cidade.....	19
4. POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MORADIA.....	21
4.1 Histórico da Política Nacional de Habitação	23
4.2 O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e os conjuntos habitacionais homogêneos.....	25
5. A MORADIA COMO ELEMENTO PRINCIPAL DE VÍNCULOS.....	27
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32

1.INTRODUÇÃO

Esta pesquisa bibliográfica¹ trabalha com a hipótese de identidade territorial, que permite a seus moradores reconhecer o espaço como seu, transmitindo um pouco da sua construção histórica e sentimento de pertencimento, numa perspectiva reflexiva sobre os vínculos entre família e moradia.

O presente artigo aborda o conceito de moradia, não apenas como espaço físico, mas também de histórias que retratam a vida dos seus moradores e que contempla um conjunto de regras e rotinas, refletindo os hábitos de seu morador.

Seu sentido é amplo, como na expansão do sujeito psíquico, que reside não apenas em sua morada física - mas em seus hábitos, costumes e vestimentas - expressando-se na sua maneira de ocupar a cidade. Entender esse habitar na atualidade é fundamental para se analisar as transformações ocorridas no espaço físico da habitação e também para se vislumbrar futuros possíveis. (REQUENA, 2007, p. 18).

O objetivo é analisar os vínculos identitários entre as famílias em situação de risco social e sua moradia fixada em conjuntos habitacionais homogêneos, através do levantamento bibliográfico. Para tanto, a fundamentação baseia-se em 3 pilares, sendo eles família, identidade e PNDU.

Serão caracterizadas as famílias, considerando sua conceituação e tipologias, formação histórica e contemporânea e o que a insere dentro do contexto de risco social. Em relação à identidade territorial, será demonstrado o conceito multidimensional da identidade destacando sua ligação com a cidade, para que então seja analisada a PNDU, debatendo a questão dos padrões homogêneos de moradia e o PMCMV.

Por fim, será feita uma análise da moradia enquanto espaço essencial para criação de vínculos, uma vez que a casa é o espaço do aconchego familiar, formado pela família em suas diversas tipologias, nuclear própria; família composta por várias famílias nucleares; famílias que moram próximas uma das outras e se mantêm unidas, e assim vão acomodando irmãos e irmãs, avós, tios, compadres e comadres, com ou sem, vínculos de parentesco. Considerando os pensamentos de Freud (1996), a casa assim como o útero materno é local no qual o homem sente-se seguro.

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais no ano de 2016, intitulado: A influência da moradia nas relações familiares - Uma análise das famílias em risco social

A casa para moradia constituiu um substituto do útero materno, o primeiro alojamento, pelo qual, com toda probabilidade, o homem ainda anseia, e no qual se achava seguro e se sentia à vontade. (FREUD, 1996, p. 42)

Pode-se dizer, então, que a moradia representa um espaço de refúgio e proteção, e também é o lugar das lembranças vividas que foram acumuladas durante os anos. “A vida começa bem, começa fechada, protegida, agasalhada no regaço da casa.” (BACHELARD, 2008, p.26).

De acordo com Bachelard (2008), a casa tem uma conotação de proteção onde são retratadas imagens de um espaço feliz e de lembranças. Afirma ainda o autor que o benefício maior da casa é o abrigo das ilusões, da intimidade, a proteção do sonhador, possibilitando sonhar em paz no seu interior.

A casa é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. (BACHELARD, 2008, p. 26)

A linha de pensamento que estrutura o trabalho visa entender o espaço de forma simples, percebendo-o como um processo, produzido pela interação de sujeitos que se transformam constantemente e o transformam. Essa é a possibilidade do espaço: a de renovação e realização do novo pela interação infinita de diferentes experiências de mundo.

É nos lugares que se forma a experiência humana, que ela se acumula, é compartilhada, e que seu sentido é elaborado, assimilado e negociado. E é nos lugares, e graças aos lugares, que os desejos se desenvolvem, ganham forma, alimentados pela esperança de realizar-se. (BAUMAN, 2009, p.35).

Como afirma Sarti (1996, *on-line*), “viver juntos sob o mesmo teto é uma das provas mais evidentes da existência de uma família”, que tem continuamente a função de dar sentido às relações entre os indivíduos e servir de espaço de elaboração para as experiências vividas. Isto significa que a noção de casa implica dividir um modo de vida peculiar, caracterizando a convivência familiar.

A casa deixara de ser meramente um abrigo perante os elementos da natureza, uma proteção contra o invasor - apesar destas terem continuado sendo funções importantes - e tornara-se o ambiente para uma unidade social nova e compacta: a família. (RYBCZYNSKI, 2002, p.87).

2. FAMÍLIA

Segundo Bilac (2003) o termo “família” é derivado de *famulus* (escravo doméstico) e foi uma expressão idealizada pelos romanos para designar uma nova estrutura

social que surgia entre os povos latinos, quando foram introduzidas à agricultura e à escravidão, da qual faziam parte o chefe que dominava a mulher, os filhos e alguns escravos. Compreende-se então que o termo família tem estruturas e funções diferentes, não sendo apenas responsável pela reprodução ou questões geracionais, pois em muitos momentos exerce papéis políticos e econômicos.

2.1 CONCEITUAÇÃO DO TERMO FAMÍLIA E SUAS TIPOLOGIAS

A família, embora não sendo um termo que admita conceituação somente através de uma interpretação ou significado, remete à idéia de um grupo de pessoas, parentes ou não, que coabitam uma moradia, com objetivo de se manterem econômica e socialmente.

De acordo com Moreira (2013) existem diversos modelos de família que convivem no mesmo espaço ao mesmo tempo, podendo apresentar diferentes tipologias, conforme abaixo:

QUADRO 1
Tipologia das famílias

Tipologia	Descrição
Nuclear simples	Família em que o pai e a mãe estão presentes no domicílio; além disso, todas as crianças e os adolescentes são filhos desse mesmo pai e dessa mesma mãe. Não há mais qualquer adulto ou criança (que não sejam filhos) morando neste domicílio.
Monoparental feminina simples	Família em que apenas a mãe está presente no domicílio vivendo com seus filhos e, eventualmente, com outras crianças e adolescentes sob sua responsabilidade. Não há mais nenhuma pessoa maior de 18 anos, que não seja filho, morando no domicílio.

Monoparental masculina simples

Família em que apenas o pai está presente no domicílio vivendo com seus filhos e, eventualmente, com outras crianças e adolescentes sob sua responsabilidade. Não há mais nenhuma pessoa maior de 18 anos, que não seja filho, morando no domicílio.

Monoparental feminina extensa

Família em que apenas a mãe está presente no domicílio vivendo com seus filhos e ainda com outras crianças e adolescentes sob sua responsabilidade e outros adultos sem filhos menores de 18 anos, parentes ou não.

Monoparental masculina extensa

Família em que apenas o pai está presente no domicílio vivendo com seus filhos e ainda com outras crianças e adolescentes sob sua responsabilidade e outros adultos sem filhos menores de 18 anos, parentes ou não.

Nuclear extensa

Família em que o pai e a mãe estão presentes no domicílio vivendo com seus filhos e outras crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, além de outros adultos, parentes ou não do pai e/ou da mãe.

Família convivente

Famílias que moram juntos no mesmo domicílio, sendo ou não parentes entre si. Cada família pode ser constituída por “pais-mãe-filhos”, por “pai-filhos”, ou por “mãe-filhos”. Outros adultos sem filhos, parentes ou não, podem também viver no domicílio. Nessa categoria foram também agrupadas as famílias compostas de duas ou mais gerações, desde que, em cada geração, houvesse pelo menos uma mãe ou um pai com filhos até 18 anos.

Família nuclear reconstituída	Família em que o pai e/ou a mãe estão vivendo uma nova união, legal ou consensualmente, podendo também a companheira ou o companheiro ter filhos com idade até 18 anos, vivendo ou não no domicílio. Outros adultos podem viver no domicílio.
Família de genitores ausentes:	Família em que nem o pai nem a mãe estão presentes, mas na qual existem outros adultos (tais como avós, tios) que são responsáveis pelos menores de 18 anos.
Família nuclear com crianças agregadas	Família em que o pai e a mãe estão presentes no domicílio com seus filhos e também com outras crianças e adolescentes sob sua responsabilidade. Não há outro adulto morando no domicílio.
Família colateral	Aquela composta por irmãos e irmãs maiores e/ou menores de 18 anos, sem a presença dos pais, de qualquer outro parente ou adulto não parente.
Família homoparental	Aquela composta por um casal formado de pessoas do mesmo sexo, com os filhos nascidos de uniões heterossexuais anteriores, de um ou de ambos os parceiros, ou com filhos adotados menores de 18 anos.

Estas tipologias da família não são definitivas, uma vez que ela é dinâmica e vem se transformando ao longo da história.

A família pode também ser compreendida de forma diferenciada considerando sua nacionalidade e raça.

Carter e Mcgoldrick (1995) consideram que para os americanos a família dominante é a nuclear. Os italianos, em oposição, entendem família como a rede ampliada de tias, tios, primos e avós, não existindo assim “família nuclear”, pois há envolvimento de todos os membros nas decisões familiares. As famílias negras são uma larga rede informal de parentesco que vai além desde laços de sangue até amigos construídos ao longo da vida. Para os chineses todos os seus ancestrais e descendentes fazem parte da família. Na família asiática, as mulheres, ao se casarem, mudavam para a casa onde morava a família do marido e seus nomes eram retirados da árvore familiar na próxima geração permanecendo apenas os homens como membros constantes de uma família.

2.2 A HISTÓRIA DA FAMÍLIA

Segundo Ariès (1975), até o século XV a família era

[...] uma realidade moral e social, mais do que sentimental. [...] A família quase não existia sentimentalmente entre os pobres, e, quando havia riqueza e ambição, o sentimento se inspirava no mesmo sentimento provocado pelas antigas relações de linhagem (ARIÈS, 1975, p.231)

A família nuclear burguesa surge no início do século XVIII, com o aparecimento da escola, da privacidade, com a preocupação de manutenção das crianças junto aos pais e o sentimento de família, que era muito valorizado pela Igreja.

Ainda no século XIX na Europa, a população mais pobre e mais numerosa “... vivia como as famílias medievais, com as crianças afastadas da casa dos pais” (ARIÈS, 1975, p.271), realidade esta vivenciada também na família patriarcal do Brasil, na mesma época. Mas, com o tempo, “a vida familiar estendeu-se a quase toda sociedade, a tal ponto, que as pessoas esqueceram sua origem aristocrática e burguesa” (ARIÈS, 1975, p.271).

Conforme D’Incao (1997) a família burguesa no Brasil surgiu no século XIX para “afrancesar”, termo utilizado para explicar a necessidade de civilizar a sociedade escravocrata, desconstruindo assim as condições históricas que constituíram a sociedade brasileira.

O desenvolvimento da vida burguesa e das cidades burguesas determinou a arquitetura das residências, resultando em projetos que valorizavam a intimidade favorecendo assim o início da privatização das famílias, que ao se retirarem do convívio das ruas abriam suas casas para um público restrito a parentes, amigos e alguns políticos interessantes. Para Kehl (2017, *on-line*) “esta foi a família nuclear burguesa no Brasil, privatizada, excluída do convívio das ruas como garantia de preservação e transmissão dos privilégios de classe”.

De acordo com Roudinesco (1944) três momentos da evolução da família podem ser destacados. Num primeiro, a família “tradicional”, que assegura a transmissão de um patrimônio. Os casamentos são arrumados desconsiderando a afetividade do casal. É a família submetida à ordem patriarcal. Num segundo momento a família “moderna”, entre o final do século XVIII e metade século XX, constituída no amor romântico e pela reciprocidade dos sentimentos e sensualidade, que se concretizam através do casamento. Foi a partir de 1960, que surgiu a família “contemporânea” ou “pós-moderna”, que une dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual.

Para as famílias mais conservadoras a expansão dos meios de comunicação influenciou seu padrão de comportamento, pois disseminou novas formas de transmissão de valores, sendo o mais relevante o acesso aos métodos contraceptivos, possibilitando à mulher desvincular sua sexualidade da procriação, assim como já vivenciavam os homens, impactando até mesmo na estabilidade conjugal. “Os filhos deixaram de ser a finalidade, ou a consequência inevitável, dos encontros eróticos”. Kehl (2017, *on-line*). A dinâmica familiar, de separações e novos enlaces no decorrer da vida formaram o novo tipo de família definida por Kehl (2017) como família tentacular, referenciando ao polvo que através de seus tentáculos alcança os mais diversos locais.

2.3 A FAMÍLIA “TENTACULAR” CONTEMPORÂNEA

Para Kehl (2013) razões de mercado propiciaram uma nova lógica da família. As mulheres conseguiram novas oportunidades de trabalho eliminando sua dependência econômica que sustentava a relação conjugal patriarcal e reduzindo o domínio do homem dentro de casa.

No mundo contemporâneo a virada dos laços matrimoniais possibilitou uma nova terminação para família: a família tentacular, com importante papel de prover espaço de

proteção, afeto, construção de identidades e vínculos de pertencimento, assim como efetiva inclusão social na comunidade.

A família tentacular contemporânea traz em seu desenho irregular as marcas de sonhos frustrados, projetos abandonados e retomados, esperanças de felicidade das quais os filhos, se tiverem sorte, continuam a ser portadores. Pois cada filho de um casal separado é a memória viva do momento em que aquele amor fazia sentido, em que aquele par apostou na falta de um padrão que corresponda às novas composições familiares, na construção de um futuro o mais parecido possível com os ideais da família do passado. (KEHL, 2013, *on-line*)

Porém esses papéis são possibilidades e não garantias, pois a família em determinado momento pode ter suas possibilidades e potencialidades fortalecidas ou enfraquecidas e sua presença se fará sentir mesmo quando persistirem as dificuldades. É no interior da família que são estabelecidas as marcas entre as gerações, e por isso é necessário que, qualquer sintoma de fragilidade sobre formas familiares diferenciadas do modelo nuclear burguês, seja excluído.

Brant (2003, p. 20) ressalta que “no Brasil as redes de solidariedade das famílias não foram desconsideradas, pois elas foram e ainda são, para as camadas populares, a sua condição de sobrevivência.” Ela cita como exemplo desta rede a “família alargada” que é composta por um “grupo de conterrâneos”, que possibilita maximizar rendimentos, apoios, afetos e relações, uma vez que este apoio informal pode ser um recurso para que outros membros da família possam lutar por emprego, moradia, saúde, entre outros.

Na família iniciam-se acontecimentos básicos da vida: nascimento, união entre os sexos, morte e é aonde ocorre a concretização de como viver estes acontecimentos.

De forma simplificada, a família não é mais organizada por normas “dadas”, mas sim fruto de contínuas negociações e acordos entre seus membros, e nesse sentido, sua duração no tempo depende da duração dos acordos. (BILAC, 2003, p.37).

É na família que se tem o primeiro contato com a linguagem, é o espaço de construção da própria imagem e do mundo exterior. Segundo Sarti (1996, *on-line*) “esse processo que se inicia ao nascer estende-se ao longo de toda a vida, a partir dos diferentes lugares que se ocupa na família.” Sendo assim, as pessoas que convivem numa ligação afetiva circulam de um modo particular, criando uma cultura familiar própria.

Desde o nosso nascimento, aqueles que nos cercam instilam em nós, por uma série de procedimentos conscientes e inconscientes, um sistema complexo de referências composto de julgamentos de valor, motivações,

focos de interesse [...]. Deslocamo-nos literalmente com esse sistema de referências. (STRAUSS, 2008, p.376)

Esses múltiplos significados no cotidiano podem ser assim expressos:

O mundo familiar mostra-se numa vibrante variedade de formas de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas na busca de soluções para as vicissitudes que a vida vai trazendo. Desconsiderar isso é ter a vã pretensão de colocar essa multiplicidade de manifestações sob a camisa-de força de uma única forma de emocionar, interpretar, comunicar. (SZYMANSKY, 2003, p.27)

2.4 FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL

A pobreza é um fenômeno multidimensional que acompanha a humanidade desde que a divisão do que foi conquistado e/ou produzido começou a ser feita de forma desigual. É caracterizada pela privação múltipla dos direitos sociais.

A urbanização acelerada levou a concentração populacional e de renda nas grandes cidades e contribuiu para a criação de um cenário de problemas associados à insegurança, violência urbana e desorganização das famílias mais vulneráveis. Considera-se então que a pobreza, em seu enfoque monetário, é fruto das desigualdades sociais e econômicas e consolidou-se ainda mais à medida que o sistema capitalista dominou todo o mundo. De forma intangível ela pode ser percebida através dos indicadores de autonomia, empoderamento, autoestima, resiliência, refletindo seu enfoque emocional e psicossocial.

De acordo com Yazbek (2003, p.62) “são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não tem acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo, portanto, excluídos em graus diferenciados da riqueza social”.

O risco social ou ainda a vulnerabilidade geralmente envolve, além da precariedade da renda, por um longo período de tempo, as necessidades insatisfeitas em múltiplos aspectos objetivos (escolaridade, alimentação, saúde, moradia, trabalho, transporte, etc.) e sociais (relações fragilizadas, discriminação social, segregação espacial, negação dos direitos sociais, perda de identidade). As situações de vulnerabilidade são criadas a partir do momento em que a família depara com dificuldades para desempenhar tarefas básicas.

Para Gomes, Pereira (2005), o termo exclusão social no Brasil está relacionado à situação de pobreza, pois as pessoas que se encontram em risco pessoal e social estão excluídas das políticas sociais básicas.

Nesse contexto se inserem as famílias em risco social, que podem ser compreendidas como aquelas nas quais os indivíduos que a compõem apresentam insuficientes recursos pessoais e são carentes de suporte social, repletas de desafios e necessidades não correspondidas.

Ainda para os autores, “a situação socioeconômica é o fator que mais tem contribuído para a desestruturação da família” uma vez que a pobreza e a falta de “horizonte” impõem a toda família uma luta severa pela sobrevivência.

Quando a casa deixa de ser um espaço de proteção para ser um espaço de conflito, a superação desta situação se dá de forma muito fragmentada, uma vez que esta família não dispõe de redes de apoio para o enfrentamento das adversidades, resultando, assim, na sua desestruturação. A realidade das famílias pobres não traz no seu seio familiar a harmonia para que ela possa ser a propulsora do desenvolvimento saudável de seus membros, uma vez que seus direitos estão sendo negados. (GOMES, 2003, *on-line*).

Para Freud (1976) a família é o espaço potencialmente produtor de pessoas saudáveis, felizes e equilibradas, ou ainda espaço gerador de insegurança e desequilíbrios. Ela não é a soma de indivíduos, mas um universo de relações.

A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência do desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar de seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, em seu espaço são absorvidos os valores éticos e humanitários e se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais (FERRARI; KALOUSTIAN, 1994 citado por GOMES; PEREIRA, 2004)

3. IDENTIDADE ENQUANTO FENÔMENO

Os limites do mundo familiar são definidos pela história que a família conta sobre si, criando sua identidade. Eles são alterados pela ação de cada um de seus membros, que reagem de forma única às relações internas, e trazem para sua vida cotidiana a também singular experiência identitária com o mundo exterior. (SARTI, 2004, *on-line*)

Das leituras realizadas para apreensão do termo identidade, tendo como referência Jacques, Ciampa e Hall, nenhuma possibilita conceituá-la de forma fixa, pois a identidade é um fenômeno social conectado com o contexto histórico, podendo até mesmo ser compreendida como uma convenção socialmente necessária. Para Jacques (1998, p.160), “a identidade é gerada pela socialização e garantida pela individualização”.

Segundo Ciampa (1984), a identidade pessoal é influenciada pela identidade do outro e vice-versa, pois ela é consequência das relações e também das condições dessa relação. Como exemplo para compreensão desse pensamento, temos a relação pai e filho, pois só se os pais se comportarem como pais é que se caracterizará uma relação paterno-filial. Ressalta ainda que, a identidade não é algo pronto, acabado e atemporal como muitos consideram ser, e sim, algo que está em um contínuo processo. “Identidade é movimento, é desenvolvimento concreto. Identidade é metamorfose” (CIAMPA, 1984, p.74).

Entende-se então que é algo a ser construído através da interação, não necessariamente harmônica, de 3 dimensões: agir (como tal), sentir (inscrito) e compreender(inscrito). A relação não harmônica se explica pelo fato de que a inscrição identitária envolve emocionalmente o sentir de forma diferente do compreender, como por exemplo, o fato de saber que é negro, mas não se reconhecer como tal, ou ainda, um católico que se sente e se compreende como tal, mas não age no catolicismo.

Ciampa (1984) defende também que a identidade é diferença e igualdade, pois existem fatos que nos igualam e nos diferenciam. O nome próprio é um exemplo dessa argumentação, uma vez que o nome diferencia a pessoa de sua família e o sobrenome a iguala. Já para Jacques (1998) o nome próprio é uma representação da identidade que adquirimos precocemente a partir de como os outros nos chamam e por isso a identidade não pode ser conceituada nesse sentido, pois ele é restritivo. Ele também faz uma análise sobre diferença e igualdade. Para ela o indivíduo vai se igualando em sua totalidade de acordo com os vários grupos que se inscreve.

Ao mesmo tempo em que o indivíduo se representa semelhante ao outro a partir de sua pertença a grupos e/ou categorias, percebe sua unicidade a partir de sua diferença. Essa diferença é essencial para a tomada de consciência de si e é inerente à própria vida social, pois a diferença só aparece tomando como referência o outro. (JACQUES, 1998, p.164).

A identidade se inscreve em diferentes pertencimentos, como gênero, origem socioterritorial, profissional, étnico. E a cada pertencimento que a pessoa se inscreve ela está em busca de um percurso identitário, e os percursos são variados dependendo do processo histórico. Compreendê-lo é essencial para compreender a identidade.

Contexto Sócio Histórico \longleftrightarrow Processo Identitário

Para Jacques (1998), identidade envolve dimensões supostamente contraditórias: individual/social, estabilidade/transformação, igualdade/diferença,

unicidade/totalidade. E sua constituição se dá na relação interpessoal e se presentifica a partir da inserção do indivíduo no mundo social, através da relação entre ser e exercer sua atividade (substantivo, eu sou e verbo, eu exerço).

Para Hall (2009) o que possibilita compreender que o sujeito interage com o outro numa conjuntura sócio histórica, é que:

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. (HALL, 2007, p. 108-109)

Ele faz um estudo da identidade através da psicanálise, destacando que ela é um processo do inconsciente, questionando assim o racionalismo do sujeito. Dessa forma compreende-se que a identidade não se refere ao que o indivíduo diz, mas sim da sua prática, e que essa relação não precisa ser coerente. Ele utiliza o termo identidade para significar o ponto de encontro entre: práticas para assumir como sujeito social e os processos que produzem subjetividade. Ela é o resultado da articulação do sujeito ao discurso e da posição que ele é obrigado a assumir.

3.1 IDENTIDADE TERRITORIAL E CIDADE

“É impossível ignorar o fato de que o homem, para habitar, produz um certo espaço, delimita um território com o qual se identifica. Ao demarcar o lugar, com suas ações, com seu ir e vir no uso, para a vida, o homem se identifica com o espaço porque seus traços, suas marcas o transformam. Na convivência com o lugar, e nele, se produz a identidade” (CARLOS, 2007, p.48)

A partir dos anos 70 houve um grande crescimento urbano que levou ao aumento de problemas sociais, com deterioração das condições de vida da população (pobreza). A globalização tornou as diferenças homogêneas, suprimindo valores e a própria identidade. “As cidades se transformaram em depósitos de problemas causados pela globalização”. (BAUMAN, 2009, p.32). Um grande número de cidadãos não acessa os direitos coletivos, pois estes, em grande parcela, transformaram-se em mercadorias.

Do ponto de vista social, Hissa e Corgosinho (2006, p.2) definem as cidades como “lugares de manifestação das identidades”. A identidade manifesta através da afetividade que surge da relação entre pessoas que convivem no mesmo espaço, considerando suas particularidades. “A identidade entre indivíduos, entre grupos, é também a identidade que eles estabelecem com os lugares.” (HISSA e CORGOSINHO, 2006, p.8).

“Nos lugares, especialmente nas cidades, a ocorrência dos encontros é muito maior. Se por um lado o encontro é manifestação da socialidade, assim como possibilidade de fortalecimento de identidades, por outro lado pode ser vista a partir de processos contrários: possibilidade do encontro é também a do desencontro e da alteridade” (HISSA e CORGOSINHO, 2006 p.11).

Dessa forma compreende-se que a identidade do outro influencia a identidade pessoal e vice-versa. Ela é consequência das relações e das condições dessa relação e sua origem é no passado, associada à linguagem e cultura, não apenas do que somos, mas do que nos tornamos, fazendo parte de um processo sócio histórico.

A cidade possui um ritmo de crescimento constante, que é proporcional ao aumento da insegurança, o que leva as pessoas a protegerem suas casas com câmeras de vigilância, cercas elétricas, cacos de vidro nos muros e arames farpados. A proteção começa em uma casa, depois duas e vai se expandindo até que grande parte do bairro esteja protegido de forma “bélica”.

Segundo Bauman (2009), a cidade moderna está associada ao perigo, com sentimentos de mixofobia (medo de misturar-se).

“A uniformidade do espaço social, sublinhada e acentuada pelo isolamento espacial dos moradores diminui a tolerância à diferença; e multiplica, as reações mixofóbicas, fazendo a vida na cidade parecer mais propensa ao perigo e, portanto, mais angustiante” (BAUMAN, 2009, p.50).

As cidades são organismos de acumulação de capital e deveriam ser de forma digna, o local de efetivação dos direitos coletivos, mas de forma contrária cada morador se apropria de forma diferenciada da cidade, que cresce de forma vertical e horizontal com direitos desigualmente repartidos e com diferenças sociais.

“Uma das características mais relevantes dos condomínios é seu isolamento e sua distância da cidade... Isolamento quer dizer separação de todos os que são considerados socialmente inferiores” (BAUMAN, 2009, p.39).

A cidade é uma fábrica de aproximações, estranhamento, emoções e subjetividades, fortalecida pelos laços de identidade, que é um processo contínuo de construção.

“Pensar o lugar é refletir sobre as identidades que menos ou mais são afetadas pelos movimentos de vida contemporânea [...] Pensar a identidade dos lugares é conduzir a reflexão para localização do outro no mundo em transformação” (HISSA e CORGOSINHO, 2006 p.15).

Associa-se então o lugar às relações sociais que são constituídas através de processos históricos e culturais, produzindo assim a identidade do homem. O fundamento da identidade é o sentimento de pertencimento a um lugar e/ou espaço habitado, marcado por histórias acumuladas no tempo. Para Carlos (2007, p.22) “o lugar guarda em si o seu significado histórico, enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos”.

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente a produção da vida. (CARLOS, 2007, p.16)

4. POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E A MORADIA

De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano a política de habitação não se restringe a casa, mas incorpora o direito à cidade. A cidade é vista como espaço de concentração de oportunidades e de satisfação das necessidades básicas: moradia, trabalho, saúde, educação, cultura, lazer, entretenimento e também do mercado, do capital, sendo o centro do poder político.

O período de crescimento da urbanização brasileira coincidiu com a fase histórica do país em que a industrialização passou a despontar como atividade econômica diretamente associada ao desenvolvimento, ou seja, a industrialização impulsionou a urbanização.

Como fator resultante do processo de urbanização acelerado e concentrado surgiu paralelamente outro fenômeno: a segregação sócio-espacial urbana aliada à concentração de pobreza.

“Se a cidade é o lugar por excelência do exercício da cidadania, materializado no acesso aos direitos sociais e coletivos, vemos que essa cidadania é negada à grande parte da população através de processos sociais onde se combinam segregação urbana e exclusão social [...] Com efeito, a pobreza urbana é a expressão mais perversa da ausência da cidadania”. (SILVA, 2006, p.34)

O aumento da população urbana gerou um quadro de crescimento desordenado, com grandes demandas sociais, tais como assentamentos precários, loteamentos irregulares, falta de infraestrutura e serviços básicos, ocupações áreas de risco, ocupações urbanas, ausência de regularização fundiária e déficit habitacional: quantitativo e qualitativo,

que atingiram principalmente as famílias em risco social, que devido a sua condição de vulnerabilidade possuem mais dificuldade de superar a privação de direitos.

Devido a esse crescimento urbano excludente foi necessária a intervenção do Estado, por meio da política de desenvolvimento urbano, como mediador de interesses diversos que refletem, em dado momento histórico, o conjunto das forças políticas, econômicas e sociais presentes na construção e gestão das cidades, sendo as competências definidas por determinação constitucional, conforme figura 1.

FIGURA 1 – Competências definidas na PNDU



FONTE: Elaborada pela autora

As diretrizes da política em âmbito nacional são designadas pelo governo federal, que define e gere os programas direcionados para o desenvolvimento urbano e fornece os recursos financeiros e aos municípios compete executar os serviços.

Segundo o Ministério das Cidades, o termo Desenvolvimento Urbano deve ser entendido como “melhoria das condições materiais e subjetivas de vida nas cidades, contribuindo para a diminuição da desigualdade sócio-espacial e garantia da sustentabilidade ambiental, social e econômica”.

Historicamente a existência das cidades é determinada pela necessidade do homem em se relacionar, produzir conhecimento, trocar serviços e vivenciar cultura e arte.

As cidades são espaços em que as relações cotidianas, seus modos e condições de vida e de moradia compõem um cenário de histórias vividas. Elas são o produto da interação das dimensões objetivas (trabalho, mobilidade, saneamento, moradia, equipamentos públicos - de escola, saúde, esporte e lazer – segurança pública e ambiente natural preservado) e das dimensões mais subjetivas (valores, identidades, costumes, comportamentos, etc.).

4.1 HISTÓRICO DA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO

A política nacional de habitação teve um percurso marcado por mudanças na concepção e padrões de intervenção, como veremos a seguir.

Em 1946 foi criada a Fundação da Casa Popular (FCP), primeiro órgão nacional direcionado para fornecer habitações para público de baixa renda. Os institutos preexistentes atuavam no setor de forma fragmentada e limitada apenas aos seus sócios.

No ano de 1964 o banco público brasileiro para financiamento e produção de empreendimentos imobiliários foi criado. O BNH (Banco Nacional de Habitação) centralizou e estruturou a política habitacional, até o ano de 1986, quando de sua extinção. Nesse período a atuação dos estados e municípios eram mínimas. As moradias eram desenvolvidas no mesmo padrão e não havia participação popular.

Em 1986 a CEF- Caixa Econômica Federal (vinculada ao Ministério da Fazenda) assumiu as atribuições do extinto BNH, tornando-se agente financeiro, e a área de habitação ficou vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU).

No ano de 1987 o MDU foi alterado para Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (MHU). Ele acumulou as atividades do extinto MDU com a gestão do transporte urbano e incorporando também a CEF.

Em 1988 foi criado o MBES, Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social, responsável por gerir política habitacional. Foi nesse período, diante da consolidação da Constituição de 1988, que o processo de descentralização se efetivou, e a gestão dos programas sociais (dentre eles o de habitação) passa a ser atribuição dos estados e municípios.

O MBES foi extinto em 1989, mesmo ano que foi criada a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária (SEAC), vinculada ao Ministério do Interior. O Ministério da Fazenda assumiu a CEF e a parte financeira do SFH.

No ano de 1994 o governo Federal lança os programas Habitar Brasil e Morar Município, com financiamento do Orçamento Geral da União e do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF).

Em 1995 a Secretaria de Política Urbana (SEPURB) foi criada, vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), ficando responsável pela formulação e implementação da PNH.

No que se refere à moradia, esta foi reconhecida como direito social em 2000, através da Emenda Constitucional 26, juntamente com os outros direitos listados no artigo 6º da Constituição Federal. No Brasil, a PNH considera que esse direito perpassa uma casa para morar, pois o verdadeiro direito à moradia se efetiva quando o cidadão tem acesso a outros bens e serviços, tem direito à cidade como um todo.

Em 2001 foi criada a lei 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, que regulamenta o capítulo "Política urbana" da Constituição Federal. Seus princípios básicos são o planejamento participativo e a função social da propriedade, cujo instrumento básico é o Plano Diretor, que objetiva o crescimento ordenado das cidades.

O propósito da moradia como direito foi reforçado em 2003, ano da criação do Ministério das Cidades, com uma política de desenvolvimento urbano, abrangendo além da habitação, uso e a ocupação do solo, saneamento e mobilidade.

Em 2004 inicia-se a estruturação da Política Nacional de Habitação – PNH e em 2005 do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (atrelado ao FNHIS - Programa de Habitação de Interesse Social).

Em 2007 o governo federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). E nos dois anos seguintes foram viabilizadas, a 1ª fase e a 2ª fase do programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

4.2 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) E OS CONJUNTOS HABITACIONAIS HOMOGÊNEOS

No ano de 2008 a economia mundial vivia num cenário de crise econômica que teve início a partir de problemas hipotecários nos Estados Unidos, afetando todo sistema financeiro globalizado. O governo brasileiro como reação à crise internacional expandiu a concessão de créditos pelos bancos públicos como forma de compensação, principalmente, à retração ao setor privado.

Na mesma lógica da Constituição Federal, que considera a habitação direito do cidadão, e do Estatuto da Cidade, que estabelece a função social da propriedade, no ano de 2009, o governo criou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que visa promover acesso à moradia digna e à cidade integrada e urbanizada, a todos os segmentos da população, até mesmo as famílias em risco social, contribuindo, assim, para a sua inclusão.

O PMCMV, no que concerne a faixa 1, de 0 a 3 salários mínimos, aonde se localizam em sua maior parte as famílias em risco social, tem sua produção por oferta, significando que a construtora define o terreno e o projeto e vende para os agentes financeiros. Estes têm o papel de escolher o acesso às unidades habitacionais a partir da lista de demanda, elaborada pelos técnicos sociais da prefeitura, através do cadastro das famílias. Cabe também ao município a doação de terreno, isenção de tributos, flexibilização do licenciamento e utilização do solo.

Ele é visto como um programa de crédito para consumidor e produtor, sendo que para o produtor, a construtora solicita para a edificação, os créditos diretamente aos agentes financeiros. Na comercialização os valores definidos levam em conta características da cidade e região, assim como faixas de renda familiar, sendo que para até 3 SM o subsídio é quase integral, o que destaca o programa em seu lado positivo, permitindo que a população de mais baixa renda tivesse acesso a moradia, o que estaria coerente com as propostas dos movimentos pró moradia.

Entre 1990 e 2000, a população brasileira s 1,4% e a das favelas mais de 4%. Então todo investimento que ataque de frente este déficit será bem-vindo. Ele é tão gigantesco que é preciso fazer o máximo que der. E o programa Minha Casa Minha Vida tem uma faceta interessante. Por causa da crise financeira, o Brasil teve um rombo terrível no nível de emprego no final do ano passado. E o programa pretende contribuir para reverter essa queda. É uma medida que merece aplausos. MARICATO (2009, citada por ARAGÃO, CARDOSO, 2013)

Ainda assim o PMCMV de acordo com Aragão e Cardoso (2013) apresenta duas contradições básicas, desde sua concepção. A primeira se refere à relação entre combate a crise e combate do déficit habitacional, e a segunda se refere ao privilégio concedido ao setor privado como agente de produção habitacional.

O combate ao déficit não pode se resumir apenas aos números. E desde os tempos do Banco Nacional da Habitação, o BNH, que foi criado pelos militares na década de 1960, a questão habitacional no Brasil foi quase sempre tratada como meramente quantitativa, e o sucesso ou fracasso dos programas medido pelo número de unidades construídas. É óbvio que deveria ter outros fatores envolvidos, como a maior articulação deles com políticas urbanas e sociais. Maricato (2009, citada por ARAGÃO, CARDOSO, 2013)

Para a autora existe uma falta de articulação do programa com as políticas urbana e social. Os conjuntos habitacionais homogêneos nascem desta ansiedade em construir grandes quantidades de unidades, tratando a questão da habitação apenas de forma quantitativa, buscando resolver o déficit habitacional através da iniciativa privada, atendendo assim uma lógica de mercado que prioriza terras baratas, localizadas distantes do centro e por isso com infraestrutura precária, buscando repetir o padrão de megaconjuntos já apontado por ela.

Está de novo pensando em coisas muito grandes, em megaconjuntos – o formato preferido das construtoras e empresas imobiliárias, quando há tanto espaço vazio, mal-aproveitado ou passíveis de *retrofit* nas áreas centrais das grandes cidades. É o mercado que vai comprar as terras e definir aonde os conjuntos vão se localizar. Maricato (2009, citada por ARAGÃO, CARDOSO, 2013)

O fato de o PMCMV atribuir o poder de decisão sobre localização e projeto para os agentes privados lhe dá um caráter baseado em critérios de rentabilidade e não de construção de moradia em termos de habitabilidade. Considerando que o preço e dimensão das unidades estão pré-estabelecidos, o lucro do empreendedor provém da economia de custos do processo de produção. Essa economia se dá pela padronização, produção em larga escala, agilidade na aprovação e construção e do menor custo da compra do terreno. Como sequelas têm-se a construção de mega empreendimentos padronizados localizados à margem da cidade, onde o terreno é mais barato, submetendo assim a cidade às empreiteiras.

Esses conjuntos têm como destino famílias com a mesma faixa de renda, dispondo de um mínimo de equipamentos públicos e serviços básicos que fortalecem o risco social em que vivem, demonstrando que este novo espaço de moradia, com pouca

diversidade de uso, é homogêneo do ponto de vista social e compõe um modelo perverso de cidade sem garantia do mínimo existencial. A tipologia padronizada das unidades, em seu arranjo externo e interno, impacta na adaptação das famílias, pois o tamanho dos imóveis não acompanha o ciclo familiar.

Essas famílias que historicamente não eram atendidas pela política habitacional, representam a transferência do indesejado para áreas mais pobres da cidade, promovendo a segregação sócio-espacial. Elas continuam excluídas do convívio da cidade formal, que sofreu um esvaziamento da sua região central. Isso faz com que o modelo do PMCMV, nesta faixa, seja responsável pela periferização dos pobres, num contexto de cidade desigual, produzida por todos e apropriada por poucos.

5 - A MORADIA COMO ELEMENTO PRINCIPAL DE VÍNCULOS

A casa é um corpo de imagens que dão ao homem razões ou ilusões de estabilidade. (BACHELARD, 2008)

Ariès (1975) revela que no século XVI as pessoas se encontravam freqüentemente na rua. “Não havia outros lugares públicos além das casas particulares ou as grandes casas rurais ou urbanas”. (ARIÈS, 1975). Na França no século XIX e ainda hoje os homens se reúnem nos cafés, que em inglês equivale ao *public house*, o *pub*.

Ariès (1975) destaca que as grandes casas do século XV a XVII eram muito povoadas e possuíam vários aposentos por andar. Isso era comum em quase toda Europa ocidental neste período. Ao lado delas havia casas bem pequenas que comportavam apenas um casal e, provavelmente algumas crianças. Não exerciam nenhuma função social, não servindo nem mesmo de lar para a família. A função desempenhada pela casa grande era pública, pois era o único lugar onde amigos, clientes e parentes se encontravam para conversar.

No início do século XVII, destaca ainda que, a cama era decorada e com cortinas em seu entorno, e foi utilizada para demonstrar os momentos da vida privada: os quartos onde viviam os recém-casados, a mãe dava a luz, morriam os idosos, e também refletiam os solitários. O espaço onde ficava a cama nem sempre se reduzia a um quarto de dormir, pois era um local público. As cortinas eram colocadas em torno da cama para proteger a intimidade de seus habitantes. No mesmo cômodo podiam existir muitas camas, daí a intensificação da promiscuidade vivida nesses locais. Também não era possível isolar-se, pois para chegar a um cômodo era preciso atravessar os outros existentes.

Para Rybczynski (2002), a sensação de conforto nem sempre fez parte da história da habitação. Sua trajetória iniciou-se na França, e após um longo período, assumiu, na Inglaterra, o sentido de domesticidade.

A casa era um lugar social, mas com uma curiosa privacidade. Ela não era a “casa grande” medieval, onde as pessoas entravam e saíam com naturalidade. Bem ao contrário, a casa burguesa inglesa era um mundo isolado onde só se permitia a entrada de visitas bem seletas; o mundo era mantido à distância, incomodava-se o menos possível a privacidade da família e dos indivíduos. (RYBCZYNSKI, 2002, p.117)

No século XVIII a família se distanciou da sociedade, delimitando seu espaço e organizando a casa para defesa do que era exterior. Foi quando surgiu o conforto, a discricção, a intimidade e o isolamento. As camas não existiam por toda parte, estavam reservadas apenas ao quarto de dormir.

Ariès (1975) ressalta que uma das mais relevantes mudanças da vida habitual, seguramente, foi a especialização dos cômodos da habitação, surgida entre a burguesia e a nobreza, e correspondeu a uma necessidade de privação proporcionando para a intimidade da família da qual faziam parte apenas os pais e as crianças, um espaço maior.

De certa forma, a família desprivatizou-se a partir da segunda metade do século XX, não porque o espaço público tenha voltado a ter a importância que teve na vida social até o século XVIII, mas porque o núcleo central da família contemporânea foi implodido, atravessado pelo contato íntimo com adultos, adolescentes e crianças vindas de outras famílias. Na confusa árvore genealógica da família tentacular, irmãos não consangüíneos convivem com “padrastos” ou “madrastas”, às vezes já de uma segunda ou terceira união de um de seus pais, acumulando vínculos profundos com pessoas que não fazem parte do núcleo original de suas vidas. (KEHL, 2013, *on-line*)

Para Pinho (2011) a casa conhecida atualmente é um padrão de habitação relativamente novo para a humanidade. Na Idade Média o homem não tinha conhecimento de um mundo interior, com espaços para manter a privacidade ou a intimidade. De acordo com Rybczynski (2002), intimidade estava mais associada ao modo como o aposento comunicava a personalidade de seu dono, do que a sua funcionalidade.

A vida era uma questão pública, e assim como as pessoas não tinham uma forte consciência de si, elas também não tinham um quarto próprio (RYBCZYNSKI, 2002, p. 48).

De acordo com Tramontano (1995) o padrão da habitação recém-criado no Brasil permanece similar a modelos europeus do século XIX, no qual os cômodos eram divididos em social, íntimo e de serviços, segundo o modo de vida burguês. Segundo ele,

este padrão atual não se adequou às transformações que vêm acontecendo no núcleo familiar. As moradias são construídas considerando um modelo de família tradicional: casais com poucos filhos, apenas dois ou três, não considerando aquelas que são constituídas por 2 ou mais famílias, que vivem ou, amontoam, em moradias coabitadas.

No Brasil, o modelo de família nuclear que predomina atualmente passou por diversas alterações, que não demonstram que a família esteja desorganizada, mas sim organizada de acordo com as demandas que lhe são peculiares. Para promover moradias mais adequadas as diversas realidades, é preciso considerar a pluralidade dos modos de vida e cultura dos sujeitos. Marcos (2004 citado por REQUENA, 2007), defende que “uma casa não se faz com paredes, mas com pessoas que ali vivem e que fazem daquele lugar um lugar próprio.”

É possível verificar que, o tamanho, a estrutura, o papel da família, e suas relações vêm-se alterando profundamente nas últimas décadas. É imprescindível conhecer esta realidade para o entendimento das relações e vínculos de identidade que as pessoas constroem na medida em que passam juntas pela vida. Esta nova família necessita de um espaço que garanta a preservação da individualidade de seus integrantes, suas atribuições, hábitos e estilo de vida. O modelo de moradias existentes hoje segue padrões únicos de conjuntos habitacionais homogêneos, constituídos por modelos uniformes de construção, seja de apartamento ou casa, em média com 40 m².

O “puxadinho” das casas é decorrência de uma demanda que extrapola o padrão tradicional da família, pois muitas vezes para sua própria sobrevivência, moram juntas. Isso porque, essas formas de aglomerações familiares são mantidas pelos vínculos afetivos e de mútua dependência, este último no limite muito estreito da sobrevivência. As famílias proporcionam uma troca constante de serviços, formando uma rede de apoio para todos os problemas, a qualquer hora.

A moradia é a ligação entre o indivíduo e seu meio, proporcionando acolhimento diário. É o local onde se estabelecem as relações familiares de forma intensa e dinâmica. E é nessa coexistência que a família demanda de seus integrantes planejamentos constantes do presente e do futuro, levando-os assim a organizarem continuamente suas estratégias.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conviver em família não é necessariamente uma relação harmoniosa. As aspirações de interesses individuais, que são concretizadas no espaço familiar, colidem com frequência com o que é de interesse coletivo, e esse conflito pode ser intensificado pelas condições precárias de habitabilidade que não favorecem o desenvolvimento de novas relações sociais e fortalecimento de relações já existentes.

Os lugares são a manifestação das identidades. A moradia não se restringe apenas a sua edificação, com paredes, pisos, teto e janelas, ela também abrange o acesso ao desenvolvimento urbano, que contempla infraestrutura, cultura, trabalho, mobilidade, equipamentos públicos (educação, saúde e assistência) e é onde no cotidiano cada qual, com sua particularidade, vivencia sua construção identitária.

A produção de conjuntos habitacionais homogêneos com moradias uniformes vem de um pensamento segundo o qual um único padrão de moradia seria capaz de atender necessidades humanas, mesmo sendo essas tão diversas. Essa uniformização influencia na qualidade de vida dos indivíduos e na dificuldade de imprimir sua identidade ao local, pois a identidade é construída através da relação entre o lugar e indivíduo.

A casa, com seus corredores e cômodos apertados, compartilhada muitas vezes por vários moradores, marca as relações familiares. São vidas individuais que se cruzam a todo instante, mas que demandam privacidade para terem uma convivência harmônica, estimulada pelo limite entre o público e o privado.

As lembranças e memórias são essenciais para construção da identidade. Em poucas exceções, as casas são construídas considerando a expectativa atual de vida dos idosos brasileiros. A inexistência de espaço físico na moradia faz com que a família descarte seus objetos pessoais, carregados de recordações e que foram adquiridos no percurso da vida, fragilizando a construção do caminho histórico e identitário desse idoso.

A informação digital mudou o comportamento do indivíduo na sociedade contemporânea. As famílias que anteriormente se reuniam no mesmo cômodo da casa para assistir um programa de televisão, atualmente, devido às diversas possibilidades de interação proporcionadas pela internet, se individualizaram, e cada um está conectado de forma solitária, no seu espaço individual. Os indivíduos mesmo estando presentes na família, se conectam aos recursos tecnológicos e não entre si. É neste momento que a

informação vence a comunicação. E a identidade, que é estabelecida na relação interpessoal, que se torna presente a partir da inserção do indivíduo no mundo social e é intensificada no discurso com o outro, enfraquece.

A identidade dos indivíduos reflete uma construção sócio histórica e não está apenas ligada a sua origem, ou de onde ele é, mas sim da sua vivência, do lugar que ele está, seus desejos e suas necessidades. Os sentimentos despertados pela moradia revelam aspectos mais intensos da relação entre família e moradia. Gostar deste espaço, ou do seu entorno, lembra momentos de afeto e sentimentos de identidade, pertencimento e apropriação. A casa incorpora sentimentos positivos ou negativos que as pessoas sustentam em seu interior, ou em espaços como a escola, a igreja e a rua.

Os sentimentos positivos evidenciam que, à medida que o local de moradia se aproxima da subjetividade, o afeto se fortalece juntamente com o desejo de permanência, o sentimento de pertencimento e vínculo identitário. Em contrapartida, os sentimentos negativos, muitas vezes associados à insegurança, motivam o desejo de mudança, que associado a falta de raízes dos moradores, determina a busca por melhores condições de moradia e vínculos sociais mais significativos.

E assim, no interior do lar é conquistado diariamente, um espaço. Na casa são disputados lugares nos quartos, nas camas e nos colchões, compartilhados por muitos irmãos, numa combinação de sentimentos de afeto, raiva ou frustração. Intensamente, vive-se em família.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAGÃO, T.A. , CARDOSO, A.L. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A.L. (Org). O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital , 2013. P.17-65.
- ARIËS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro, Zahar.1975
- BACHELARD, G. A poética do espaço (Tradução Antônio de Pádua Danesi). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, selo Martins. Coleção Tópicos. 2008
- BAUMAN, Z. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. P. 35
- BILAC, E. D. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, M.C.B. (Org.). A família contemporânea em debate. São Paulo: Cortez, 2003. p. 29-38.
- CARLOS, A. F. A. O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.
- CARTER, B., MCGOLDRICK, M. As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar (Tradução Maria Adriano Veríssimo Veronese). 2. ed. 1995. Editora Artmed.
- CARVALHO, M. C. B. O lugar da família na política social. In: CARVALHO, M.C.B. (Org.). A família contemporânea em debate. São Paulo: Cortez, 2003. p. 15-22.
- _____ A Reemergência das solidariedades microterritoriais na formação da política social contemporânea. São Paulo em perspectiva. São Paulo. 1997. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n04/v11n04_02.pdf. Acessado em 12/02/2018
- CIAMPA, A.C. Identidade. In: W. Codo & S. T. M Lane (Orgs.). Psicologia social: o homem em movimento (pp. 58-75), São Paulo: Brasiliense, 1984.
- D'INCAO, M. A. A mulher e a família burguesa. In: PRIORI, M. (org.): História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997
- FREUD, S. Três Ensaio Sobre Sexualidade. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Edição standard brasileira (Vol. VII). Rio De Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905).1976
- FREUD, S. (1996e). Mal-Estar na Civilização (1996e). In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Edição standard brasileira (Vol. XXI). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1929).
- GOMES. M.A., PEREIRA. M.L. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. Ciência e Saúde Coletiva vol.10 nº.2 Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000200013. Acessado em 12/02/2018
- GOMIDE. A.A. Transporte Urbano e Inclusão Social: Elementos para Políticas Públicas. IPEA, Brasília. 2003 Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0960.pdf. Acessado em 12/02/2018

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 103-133

JACQUES, M. Identidade. In: Psicologia Social Contemporânea. STREY, Marlene N. et al. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 159-167.

KALOUSTIAN S.M. FERRARI M. Introdução. In: KALOUSTIAN, S.M. (org). Família brasileira, a base de tudo. Ed. Cortez-Unicef, 1994. P. 11-15

KEHL, M. R. Em defesa da família tentacular. Fronteiras do Pensamento. 2013. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/artigos/maria-rita-kehl-em-defesa-da-familia-tentacular>. Acessado em 12/02/2018

KEHL, M. R. A família tradicional é realmente o que queremos? Fronteiras do Pensamento. 2017. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/artigos/a-familia-tradicional-e-realmente-o-que-queremos>. Acessado em 12/02/2018

LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia estrutural, trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2008

LÉVI-STRAUSS, C. A antropologia diante dos problemas do mundo moderno. (Apresentação Maurice Olender; tradução Rosa Freire d'Aguiar). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LÉVI-STRAUSS, C. As estruturas elementares do parentesco, trad. Mariano Ferreira 7ª edição. Editora Vozes, 2012

MOREIRA, M.I.C. Novos rumos para o trabalho com famílias: Neca - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente. São Paulo. 2013

PINHO, A. P. C. A casa concreta, casa do imaginário. VIRUS, São Carlos, n. 6, dezembro 2011. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus06/?sec=4&item=9&lang=pt>>. Acesso em: 12/02/2018.

REQUENA, C. A. J. Habitar híbrido: interatividade e experiência na era da cibercultura. 2007. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007. doi:10.11606/D.18.2007.tde-20052008-144357. Acesso em: 2017-10-11.

ROUDINESCO, E. A família em desordem. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

RYBCZYNSKI, W. Casa: pequena história de uma idéia. Trad. Betina von Staa. 3a ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SARTI, C. A. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres (2a ed. rev.) São Paulo: Cortez, 1996.

SARTI, C. A família como ordem simbólica. Psicol. USP v.15 n.3- São Paulo, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642004000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acessado em 23/12/2017

SILVA J.O.A. Cidadania e a questão urbana no Brasil: indicações na perspectiva de um projeto de cidade democráticas. In: GODINHO, M. H. L.; ABRANCHES, M.(Orgs.) Assistência Social & Sociedade. Belo Horizonte: PUC Minas/PROEX/Observatório de Políticas Urbanas, 2006. p. 13-50

SZYMANSKI, H. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, M.C.B. (Org.). A família contemporânea em debate. São Paulo: Cortez, 2003. p. 23-27.

TRAMONTANO, M. O espaço da habitação social no Brasil. Possíveis critérios de um necessário redesenho. Texto apresentado ao 7o. Seminário de Arquitetura Latino-Americana. São Carlos/São Paulo: EESCUSP/FAUUSP, 1995. 210mmX297mm. 4 p.

VICENTE, C.M. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALOUSTIAN, S.M. (org). Família brasileira, a base de tudo. Ed. Cortez-Unicef, 1994. P. 47-59

YAZBEK, M.C. 2003. Classes subalternas e assistência social. (4ª ed.). Ed. Cortez, São Paulo.